

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2024

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.	2
1.1. Estrutura Societária	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	2
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO	3
3.1. Linhas de transmissão em operação	3
3.2. Subestação em operação	3
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA	3
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	3
5.1. Resultado Econômico-Financeiro	4
6. ESTRUTURA DE CAPITAL	4
6.1. Perfil da Dívida	4

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

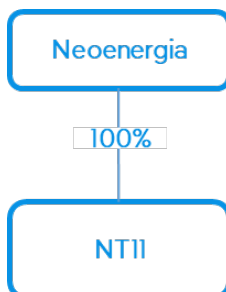
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

A Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

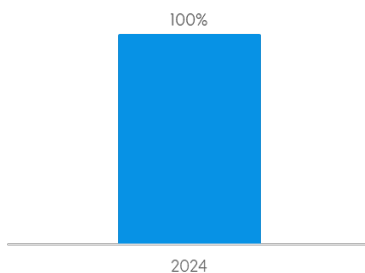


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até junho de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2	C2 - Simples	230	65	300	28/06/2024	30/09/2052
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2	C2 - Simples	230	224			

3.2. Subestação em operação

Subestação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	230/138	150	28/06/2024	30/09/2052
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento	230	-		
Seccionamento da LT em 138 kV	138	-		

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$43.552 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações - Características Financeiras					
Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2 LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2 SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento Seccionamento da LT em 138 kV	100%	43.552	2028	Junho	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	177.091	394.208	(217.117)	-55%
MARGEM BRUTA	177.091	394.208	(217.117)	-55%
Custos de construção	(130.594)	(338.601)	208.007	-61%
Custos dos serviços	(2.998)	(3)	(2.995)	99833%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(216)	(239)	23	-10%
= Despesa Operacional	(133.808)	(338.843)	205.035	-61%
PECLD	(28)	-	(28)	0%
EBITDA	43.255	55.365	(12.110)	-22%
Depreciação	(95)	(11)	(84)	764%
Resultado Financeiro	(21.505)	(927)	(20.578)	2220%
IR/CS	(6.431)	(13.204)	6.773	-51%
LUCRO LÍQUIDO	15.224	41.223	(25.999)	-63%

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$177.091 mil, -55% vs. 2023 e -R\$ 133.808 mil, -61% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela evolução da obra.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 43.255 mil, redução de 22%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 21.505 mil em 2024 (+2220% vs. 2023). A variação deve-se ao aumento de despesas com encargos de dívidas em 2024, reflexo das captações que ocorreram no ano.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 15.224 mil, variação de -63% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 250.398 mil (dívida líquida R\$ 199.800 mil).

Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Transmissora 11, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Transmissora 11 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Transmissora 11.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Transmissora 11 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores
Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

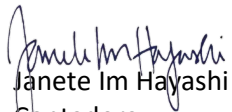
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Janete Im Hayashi
Contadora
CRC nº 1 SP 303811/O-3

Sumário

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	12
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15
4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO.....	16
5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	16
6. RESULTADO FINANCEIRO	17
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER.....	17
8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19
9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS.....	19
10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL).....	20
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS.....	22
12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	22
13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS	25
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	27
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	29

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Transmissora 11

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	3	177.091	394.208
Custos		(133.592)	(338.604)
Custos de construção	4	(130.594)	(338.601)
Custos de operação	5	(2.998)	(3)
Lucro bruto		43.499	55.604
Perda de crédito esperadas	9	(28)	-
Outras despesas gerais e administrativas	5	(311)	(250)
Lucro operacional		43.160	55.354
Resultado financeiro	6	(21.505)	(927)
Receitas financeiras		2.854	3.173
Despesas Financeiras		(15.545)	(2.314)
Outros resultados financeiros, líquidos		(8.814)	(1.786)
Lucro antes dos tributos		21.655	54.427
Tributos sobre o lucro	7.1	(6.431)	(13.204)
Corrente		(1.570)	(1.062)
Diferido		(4.861)	(12.142)
Lucro líquido do exercício		15.224	41.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Transmissora 11

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	46	(13)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	46	(13)
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa	(1.456)	762
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(1.456)	762
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(1.410)	749
Resultado abrangente do exercício	13.814	41.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Transmissora 11

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223
Ajustado por:		
Amortização	95	11
Tributos sobre o lucro	6.431	13.204
Resultado financeiro, líquido	21.505	927
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	(5.020)	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(163.790)	(409.142)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(60.612)	58.676
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	52	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	1.900	15.605
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(621)	(57)
Outros ativos e passivos, líquidos	4.635	(994)
Caixa líquidos consumido nas operações	(180.201)	(280.547)
Encargos de dívidas pagos	(12.980)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(8.756)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	2.811	3.173
Tributos sobre o lucro pagos	(1.115)	(10)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(200.241)	(277.384)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(619)	(341)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(619)	(341)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimo e financiamento	-	200.000
Aumento de capital	53.500	228.300
Caixa gerado nas atividades de financiamento	53.500	428.300
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(147.360)	150.575
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	151.641	1.066
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.281	151.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Transmissora 11

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.281	151.641
Contas a receber de clientes e outros	9	5.022	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	46.317	-
Outros tributos a recuperar		374	5.305
Concessão do ativo público (ativo contratual)	10	41.556	29.117
Adiantamento a fornecedores		2	6.757
Outros ativos		1.104	555
Total do circulante		98.656	193.375
Não circulante			
Depósito Judicial	13.1.c	2.870	2.784
Concessão do serviço público (ativo contratual)	10	542.286	390.927
Imobilizado		389	-
Intangível		465	330
Total do não circulante		546.010	394.041
Total do ativo		644.666	587.416
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	11	1.712	62.019
Empréstimos e financiamentos	12	250.398	1.922
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	-	1.798
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		52	-
Tributos sobre o lucro a recolher		165	604
Outros tributos a recolher	7.2	996	6.771
Outros passivos circulantes		362	108
Total do circulante		253.685	73.222
Não circulante			
Empréstimos e financiamento	12	-	193.846
Instrumentos financeiros derivativos	12.3	-	5.392
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	21.366	15.332
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	17.326	12.465
Provisões	13	2.836	3.003
Outros passivos não circulantes		3.809	5.826
Total do não circulante		45.337	235.864
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da Companhia	14	345.644	278.330
Total do patrimônio líquido		345.644	278.330
Total do passivo e do patrimônio líquido		644.666	587.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Transmissora 11

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros			Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	234.801	749	2.139	30.480	10.161	-	278.330
Aumento de capital	53.500	-	-	-	-	-	53.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.224	15.224
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	(1.410)	-	-	-	-	(1.410)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.4)	-	-	761	10.848	3.615	(15.224)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	288.301	(661)	2.900	41.328	13.776	-	345.644
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.501	-	78	1.109	370	-	8.058
Aumento de capital	228.300	-	-	-	-	-	228.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	41.223	41.223
Outros resultados abrangentes (nota 14.3)	-	749	-	-	-	-	749
Destinação do lucro líquido:							
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	2.061	-	-	(41.223)	(39.162)
Constituição de reservas de lucros (nota 14.4)	-	-	-	29.371	9.791	-	39.162
Saldos em 31 de dezembro de 2023	234.801	749	2.139	30.480	10.161	-	278.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter a seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até junho de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial.

A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2024, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, quando necessário.

Em junho de 2024 a Companhia entrou 100% em operação comercial e a Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$43.552, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2022.

A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo em 2024 e 2023. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 16.7.

(ii) Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 16.7.

(iii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 12).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
CITIBANK	-	AAA	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA

1.2. Gestão de demais riscos associados

(a) Casos fortuitos e de força maior

Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(b) Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses.

Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão.

A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS *Accounting Standards* (IFRS *Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de créditos esperadas
12.3	Instrumentos financeiros derivativos
13	Provisão para processos judiciais

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Neoenergia Transmissora 11

IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (' <i>Sale and Leaseback</i> ') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Construção de infraestrutura da concessão	132.278	397.454
Remuneração do ativo contratual	51.090	11.688
Receita de operação e manutenção	1.398	-
Ganho (perda) na RAP	(766)	-
Receita operacional bruta	184.000	409.142
(-) Deduções da receita bruta	(6.909)	(14.934)
Receita operacional líquida	177.091	394.208

3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
Tributos		
PIS e COFINS – correntes	(737)	-
PIS e COFINS – diferidos	(5.979)	(14.934)
	(6.716)	(14.934)
Encargos setoriais		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(193)	-
	(193)	-
Total	(6.909)	(14.934)

3.2. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos.

II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8%a.a. e 11%a.a.

4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(915)	(128)
Material	(70.445)	(213.212)
Serviços de terceiros	(59.043)	(102.072)
Outros	(191)	(23.189)
Total	(130.594)	(338.601)

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregos	(257)	-	(257)
Serviços de terceiros	(2.262)	(223)	(2.485)
Depreciação e amortização	-	(95)	(95)
Provisão para processos judiciais	-	29	29
Impostos, taxas e contribuições	(6)	(22)	(28)
Outras receitas e despesas, líquidas	(473)	-	(473)
Total	(2.998)	(311)	(3.309)

	2023		
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Serviços de terceiros	-	(239)	(239)
Depreciação e amortização	-	(11)	(11)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-	(3)
Total	(3)	(250)	(253)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	2.811	3.173
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	2	-
Atualização de depósitos judiciais	41	-
	2.854	3.173
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(15.328)	(2.283)
Atualização de provisões para processos judiciais	(109)	-
IOF	(2)	(1)
Outras despesas financeiras	(106)	(30)
	(15.545)	(2.314)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	(63.447)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	8.769	6.179
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 12.3.b	(12.616)	(10.442)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – Nota 12.3.b	58.785	2.503
Perdas com variações cambiais e monetárias	(305)	(26)
	(8.814)	(1.786)
Resultado financeiro, líquido	(21.505)	(927)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro

A Companhia possui como regime de apuração o Lucro Presumido. Sendo assim, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) do exercício corrente são calculados de acordo com o percentual de presunção sobre a receita bruta e posteriormente calculados com base nas alíquotas de 25% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício.

7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	21.655	54.427
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.363)	(18.505)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	5.793	17.444
Outras adições (reversões) permanentes	(4.861)	(12.143)
Tributos sobre o lucro	(6.431)	(13.204)
Alíquota efetiva	30%	24%
Corrente	(1.570)	(1.062)
Diferido	(4.861)	(12.142)

7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos passivo

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Diferenças temporárias:		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(17.326)	(12.465)
Saldo final do período	(17.326)	(12.465)
Passivo não circulante	(17.326)	(12.465)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(12.465)	(323)
Efeitos reconhecidos no resultado	(4.861)	(12.142)
Saldo final do exercício	(17.326)	(12.465)

7.1.3. Tributos sobre o lucro a recolher

	2024	2023
Imposto de renda – IR	40	328
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	125	276
Ativo	165	604
Ativo circulante	165	604

7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Impostos sobre circulação de mercadorias – ICMS	-	4.365
Programa de Integração Social – PIS ⁽¹⁾	3.820	2.730
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	17.631	12.601
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	-	2.396
Outros	806	11
Outros tributos a recolher	22.257	22.103
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	55	-
Outros	50	-
Encargos Setoriais	105	-
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	22.362	22.103

Passivo circulante	996	6.771
Passivo não circulante	21.366	15.332

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1	74
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.704	29.610
Fundos de investimento	576	121.957
	4.281	151.641

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	576	11.055
	576	11.055

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	5.050	(28)	5.022	-	-	-
	5.050	(28)	5.022	-	-	-
Circulante			5.022			-

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	5.017	(17)	-	-
Saldos vencidos:				
Entre 1 e 90 dias	12	(2)	-	-
Entre 91 e 180 dias	21	(9)	-	-
	5.050	(28)	-	-

9.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	-	-
Adições	(28)	-
Saldo final do exercício	(28)	-

9.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes

10. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Saldo do ativo contratual	583.842	420.044
Circulante	41.556	29.117
Não circulante	542.286	390.927

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	420.044	10.902
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(19.570)	-
Remuneração do ativo contratual	51.090	11.688
Adições e mensuração do ativo contratual	132.278	397.454
Saldo final do exercício	583.842	420.044

10.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2024	2023
Materiais e serviços	1.712	62.019
Total	1.712	62.019

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

12.1. Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composto como segue:

	2024	2023
Empréstimos bancários e financiamentos bancários	250.398	195.768
Empréstimos e financiamentos	250.398	195.768
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(4.281)	(151.641)
(+) Instrumentos financeiros derivativos	(46.317)	7.190
Dívida líquida	199.800	51.317

12.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, principalmente denominadas em Dólar ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de

emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade da taxa de juros

	2024	2023
Denominados em US\$		
Indexados a taxas fixas	250.398	195.768
	250.398	195.768
Circulante	250.398	1.922
Não circulante	-	193.846

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Instrumentos derivativos	Total
2025	252.766	8.651	(48.545)	261.417
	252.766	8.651	(48.545)	261.417

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 0,33 anos (1,33 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	195.768	-
Efeito no fluxo caixa:		
Captações	-	200.000
Pagamento de encargo de dívida	(12.980)	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	13.029	1.941
Variação cambial	54.581	(6.173)
Saldo final do exercício	250.398	195.768

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenants* da Companhia obriga a manter a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo ou igual ao limite contratual (4,0).

Abaixo segue o principal parâmetro e as medições estimadas em geral:

	Limite contratual inferior ⁽¹⁾	Medição em 31.12.2024
Consolidado Neoenergia (2)		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas das Controladas.

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

12.2.1. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

12.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 16.7.

a) Passivo dos derivativos no balanço patrimonial

	2024	2023
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de moeda - US\$ vs R\$	46.287	(7.178)
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio – Produtos e serviços	30	(12)
Exposição líquida	46.317	(7.190)
Ativo circulante	46.317	-
Passivo circulante	-	(1.798)
Não circulante	-	(5.392)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge ("*hedge accounting*"), conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	46.287	(7.178)
Contratados para proteção de outras operações	30	(12)
	46.317	(7.190)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	Proteção de dívidas	2024 Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	(7.177)	(13)	(7.190)
Perda reconhecida no resultado	46.166	3	46.169
Ganho (perda) reconhecido no Capex		(8)	(8)
Ganho (perda) reconhecida no resultado abrangente	(1.453)	43	(1.410)
Liquidação financeira entradas (saídas)	8.751	5	8.756
Saldo final	46.287	30	46.317

Perda reconhecido no resultado			
Resultado financeiro, líquido	46.166	3	46.169
	Proteção de dívidas	2023 Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	-	-	-
Perda reconhecida no resultado	(7.939)	-	(7.939)
Ganho (perda) reconhecida no resultado abrangente	762	(13)	749
Saldo final	(7.177)	(13)	(7.190)
Perda reconhecido no resultado			
Resultado financeiro, líquido	(7.939)		(7.939)

c) Política contábil e julgamentos críticos

Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificados como *hedge accounting* são classificados e apresentados como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de hedge são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

Estimativa e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 16.3 e 16.4, respectivamente.

13. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais cíveis	2.806	3.003
Provisão para obrigações ambientais (i)	30	-
	2.836	3.003
Passivo não circulante	2.836	3.003

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia

e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores

Os processos judiciais cíveis provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	3.003	-
Adições e reversões, líquidas	(576)	2.727
Atualizações monetárias	379	276
Saldo final do exercício	2.806	3.003

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis ⁽ⁱ⁾	151	-
Processos trabalhistas ⁽ⁱⁱ⁾	136	-
Processos fiscais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3	-
	290	-

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) Processos cíveis: refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.
- (ii) Processos Trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.
- (iii) Processos fiscais: Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	2.870	2.784
	2.870	2.784

13.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**14.1. Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 288.301 (R\$234.801 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$454.000 subscrito e R\$165.700 a integralizar, dividido em 454.000.001 ações ordinárias (454.000.001 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações	%	R\$
Neoenergia Transmissão	288.301	100%	288.301
Total	288.301	100%	288.301

14.2. Remuneração do acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.224	41.223
Reserva legal	(761)	(2.061)
Lucro ajustado	14.463	39.162
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(9.791)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(14.463)	(29.371)
Lucro líquido a distribuir	-	-

14.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$1.410 (R\$749 em 2023).

14.4. Reservas de lucros**a) Reserva legal**

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital

b) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação.

14.5. Política contábil

O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Ativo		
Contas a receber e outros ^(a)	750	-
	750	-
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros ^(b)	115	-
	115	-

15.2. Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Receita operacional líquida ^(a)	1.943	-
Custo dos serviços ^(b)	(1.870)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-
	73	-

15.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	448.524	662
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 Anos	2048	98	403
b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(115)	(1.870)

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros**

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.705	-	576	29.684	-	121.957
Contas a receber de clientes e outros	5.050	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.317	-	-	-	-
	8.755	46.317	576	29.684	-	121.957
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.712	-	-	62.019	-	-
Empréstimo e financiamentos	250.398	-	-	195.768	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	7.190	-
Outros passivos financeiros	4.168	-	-	5.924	-	-
	256.278	-	-	263.711	7.190	-

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 – análise de sensibilidade.

16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	576	121.957
Instrumentos financeiros derivativos	46.317	-
	46.893	121.957
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.190
	-	7.190

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	250.398	253.187	195.768	194.323

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa,

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

16.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

16.6. Métodos e técnicas de avaliação

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

16.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor de referência	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 40.507	US\$ 40.507	2025	250.937	200.040
Passivo	R\$ 203.854	R\$ 204.047		(204.650)	(207.218)
Exposição Líquida				46.287	(7.178)

Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Desembolso EUR	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Termo	€ 38	€ 42	2024-2025	30	(12)
Exposição Líquida				30	(12)

16.8. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

-Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

-Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

-Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Neoenergia Transmissora 11

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro(€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,4363	(254) 254	36 (36)	73 (73)
Exposição Líquida						

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Divida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar		(250.398)	(254.112)	(38.117)	(76.234)
Swap Ponta Ativa em Dólar			6,1923	250.937	254.659	38.199	76.397
Exposição Líquida				539	547	82	163

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	4.280	475	(71)	(143)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(204.650)	(28.549)	(4.282)	(8.565)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ/MF nº. 36.257.187/0001-50

("Companhia")

Os Diretores da **NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala N, CEP 13.053-024, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31.12.2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2024.

Campinas (SP), 17 de fevereiro de 2025.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Luciana Maximino Maia
Diretora

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.	2
1.1. Estrutura Societária	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL	2
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO	3
3.1. Linhas de transmissão em operação	3
3.2. Subestação em operação	3
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA	3
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	4
5.1. Resultado Econômico-Financeiro	4
6. ESTRUTURA DE CAPITAL	4
6.1. Perfil da Dívida	4

INTRODUÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir o Relatório das principais atividades no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com as práticas contábeis brasileiras e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

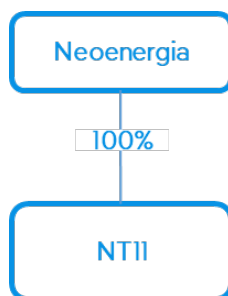
Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

A Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

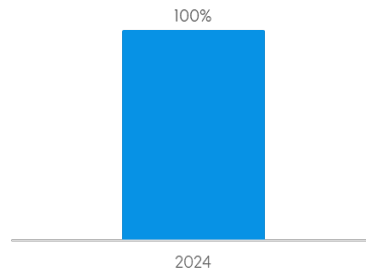


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até junho de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 100%. O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em operação

Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2	C2 - Simples	230	65	300	28/06/2024	30/09/2052
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2	C2 - Simples	230	224			

3.2. Subestação em operação

Subestação - Características Físicas					
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga	
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	230/138	150	28/06/2024	30/09/2052	
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento	230	-			
Seccionamento da LT em 138 kV	138	-			

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$43.552 mil, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Linhas de Transmissão e Subestações - Características Financeiras						
Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção	
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2	100%	43.552	2028	Junho	IPCA	
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2						
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV						
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento						
Seccionamento da LT em 138 kV						

Linha de Transmissão - RAP Proporcional	RAP Esperada – R\$ Mil						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2							
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2							
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	-	36.112	43.552	43.552	43.552	43.552	43.552
Seccionamento da LT em 138 kV							
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento de							

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em R\$ mil)	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita Bruta	20.277	-	20.277	0%
Deduções da Receita Bruta	(811)	-	(811)	0%
Custo Não Gerenciável	(193)	-	(193)	0%
Resultado antes dos Custos Gerenciáveis	19.273	-	19.273	0%
Custo Gerenciável	(3.262)	(242)	(3.020)	1248%
Amortização / Depreciação	(95)	(11)	(84)	764%
Resultado da Atividade	15.916	(253)	16.169	(6391%)
EBITDA	16.011	(242)	16.253	(6716%)
Resultado Financeiro	(21.505)	(927)	(20.578)	2220%
Prejuízo antes dos impostos	(5.589)	(1.180)	(4.409)	374%
IR e CSLL	(1.569)	(1.063)	(506)	48%
Prejuízo do exercício	(7.158)	(2.243)	(4.915)	219%

A Companhia entrou parcialmente em operação em 2024, apresentando receita bruta de R\$ 20.277mil.

Seus custos gerenciáveis totalizaram R\$ 3.262 mil em 2024 e são relacionados a despesas não capitalizáveis de serviços de terceiros administrativos (R\$2.485mil) e pessoal e administradores (R\$257mil).

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 21.505 mil em 2024 (+2220% vs. 2023). A variação deve-se ao aumento de despesas com encargos de dívidas em 2024, reflexo das captações que ocorreram no ano.

Considerando os fatores acima mencionados, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 16.011 mil e a Companhia registrou prejuízo no ano de 2024 de R\$ 7.158 mil, variação positiva de 219% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 250.398 mil (dívida líquida R\$ 199.800 mil).

Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Transmissora 11, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Transmissora 11 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Transmissora 11.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Transmissora 11 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 17 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Janete Im Hayashi
Contadora
CRC nº 1 SP 303811/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	7
1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	8
2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES	8
3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 12	
4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	15
7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER	16
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	19
9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS	21
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	22
11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	24
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	27
14. PESSOAL E ADMINISTRADORES	27
15. RESULTADO FINANCEIRO	27
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ..	29
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	33
19. EVENTO SUBSEQUENTE	35

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.
CNPJ 36.257.187/0001-50
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativos			
Ativo circulante		56.018	164.258
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.281	151.641
Concessionárias e permissionárias		5.022	-
Instrumentos financeiros derivativos		46.317	-
Tributos compensáveis	7.2	374	5.305
Despesas pagas antecipadamente		11	555
Adiantamento a Fornecedores		2	6.757
Outros ativos circulantes		11	-
Ativo não circulante		482.708	350.440
Depósitos Judiciais		2.870	2.784
Imobilizado	8	455.745	341.579
Intangível	8	24.093	6.077
Total do ativo		538.726	514.698
Passivo			
Passivo circulante		253.685	73.222
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	9	1.712	62.019
Empréstimos e Financiamentos	11	250.398	1.922
Obrigações sociais e trabalhistas		52	-
Tributos	7	1.111	7.375
Encargos setoriais		50	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	-	1.798
Outros Passivos Circulantes		362	108
Passivo não circulante		6.700	208.067
Empréstimos e financiamentos	11	-	193.846
Encargos setoriais		55	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	5.392
Provisões	12	2.836	3.003
Outros passivos não circulantes		3.809	5.826
Total do Passivo		260.385	281.289
Patrimônio líquido			
Capital social	13	288.301	234.801
Reservas de lucros		58.004	42.780
Prejuízos acumulados		(67.303)	(44.921)
Outros resultados abrangentes		(661)	749
Total do patrimônio líquido		278.341	233.409
Total do passivo e do patrimônio líquido		538.726	514.698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.
CNPJ 36.257.187/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso		20.277	-
Disponibilização do sistema de transmissão		20.277	-
Tributos		(811)	-
PIS		(144)	-
COFINS		(667)	-
Encargos – Parcela "A"		(193)	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(193)	-
Receita líquida	14	19.273	-
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		(3.357)	(253)
Pessoal e administradores	15	(257)	-
Material		(68)	-
Serviços de terceiros		(2.485)	(239)
Tributo		(28)	(3)
Provisões líquidas contingências		9	-
Provisões líquidas – PCLD		(28)	-
Depreciação e amortização		(95)	(11)
Outros gastos operacionais		(405)	-
Resultado da Atividade		15.916	(253)
Resultado Financeiro	16	(21.505)	(927)
Receitas financeiras		2.854	3.173
Despesas financeiras		(15.545)	(2.314)
Outros resultados financeiros, líquidos		(8.814)	(1.786)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(5.589)	(1.180)
Despesa com impostos sobre os lucros	7.1	(1.569)	(1.063)
Prejuízo do exercício		(7.158)	(2.243)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.
CNPJ 36.257.187/0001-50
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO ABRANGENTE
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(7.158)	(2.243)
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	46	(13)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	46	(13)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(1.456)	762
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(1.456)	762
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(1.410)	749
Resultado abrangente do exercício	(8.568)	(1.494)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.
CNPJ 36.257.187/0001-50
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	234.801	2.139	30.480	10.161	749	(44.921)	233.409
Aumento de capital	53.500						53.500
Prejuízo do exercício						(7.158)	(7.158)
Outros resultados abrangentes					(1.410)		(1.410)
Destinações:							
Reserva legal		761				(761)	-
Reserva de retenção de lucros			10.847			(10.847)	-
Reserva especial de dividendos				3.616		(3.616)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	288.301	2.900	41.327	13.777	(661)	(67.303)	278.341
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.501	78	1.109	370	-	(1.455)	6.603
Aumento de capital	228.300						228.300
Prejuízo do exercício						(2.243)	(2.243)
Outros resultados abrangentes					749		749
Destinações:							
Reserva legal		2.061				(2.061)	-
Reserva de retenção de lucros			29.371				29.371
Reserva especial de dividendos				9.791			9.791
Remuneração aos acionistas						(39.162)	(39.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	234.801	2.139	30.480	10.161	749	(44.921)	233.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.
CNPJ 36.257.187/0001-50
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	(7.158)	(2.243)
Ajustado por:	23.169	2.001
Depreciação e Amortização	95	11
Tributos sobre o lucro	1.569	1.063
Resultado financeiro, líquido	21.505	927
Variações de ativos e passivos:		
Concessionárias e permissionárias	(5.020)	-
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	(61.652)	(3.170)
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	(4.128)	670
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(621)	(57)
Outros ativos e passivos, líquidos	5.725	(993)
Caixa consumido nas operações	(49.583)	(3.792)
Encargos de dívidas pagos	(12.980)	-
Rendimento de aplicação financeira recebidos	2.811	3.173
Tributos sobre o lucro pagos	(1.115)	(10)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(8.756)	
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(69.623)	(629)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(131.237)	(277.096)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(131.237)	(277.096)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	200.000
Aumento de capital	53.500	228.300
Caixa gerado nas atividades de financiamento	53.500	428.300
Aumento no caixa e equivalentes de caixa no exercício	(147.360)	150.575
Caixa e equivalentes no início do exercício	151.641	1.066
Caixa e equivalentes no final do exercício	4.281	151.641
Transações que não envolveram caixa:		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros (investimentos)	1.040	61.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. ("NT11" ou "Companhia") está autorizada a cobrar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. CONTEXTO OPERACIONAL E CONCESSÕES

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter a seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Até junho de 2024 a Companhia estava em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se inicia quando a Companhia entra em operação comercial.

A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2024, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, quando necessário.

Em junho de 2024 a Companhia entrou 100% em operação comercial e a Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$43.552, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2022.

A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional negativo em 2024 e 2023. Diante disso, a Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses. Caso necessário, os acionistas poderão ser capazes de realizar aportes financeiros para que a Companhia cumpra com suas obrigações.

2.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

2.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e outros produtos.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) [Risco de taxa de câmbio](#)

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2024, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 16.7.

(ii) [Risco de taxa de juros e índices de preços](#)

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 16.7.

(iii) [Risco de preço de *commodities*](#)

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (veja nota 12).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
CITIBANK	-	AAA	AAA
HSBC	-	AAA	-
Itaú	AAA	-	AAA

2.2. Gestão de demais riscos associados

(a) Casos fortuitos e de força maior

Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(b) Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses.

Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão.

A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

3. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MSCE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, que consolidou em um único ato as Resoluções Normativas nº

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

396/2010, nº 605/2014 e nº 814/2018. O Despacho nº 1.690, de 28 de junho de 2022, aprovou os ajustes de natureza procedimental face a revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, versão 2022, aprovada por meio do Despacho nº 2.904/2021, de 17 de setembro de 2021.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 12, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 01 de abril de 2025, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.ri.neoenergia.com”) a partir do dia 10 de abril de 2025.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações contábeis regulatórias estão incluídas nas respectivas notas explicativas. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 3.5.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
12	Provisões
18	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

3.5. Novas normas e interpretações não vigentes

Resolução Normativa ANEEL N° 1.083, de 30 de janeiro de 2024, aprova os Submódulos 9.1, 9.2 e 9.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aplicáveis às Concessionárias de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica. Esta Resolução entra em vigor em 05 de fevereiro de 2024.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia adotou, na contabilidade societária, as normas CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e as mesmas não tiveram efeito na contabilidade regulatória tendo em vista que a ANEEL não aprovou sua aplicação ou não emitiu pronunciamento contábil.

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2023, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação compulsória. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1	74
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.704	29.610
Fundos de investimento	576	121.957
	4.281	151.641

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

	2024	2023
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	576	11.055
	576	11.055

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	5.050	(28)	5.022	-	-	-
	5.050	(28)	5.022	-	-	-
Circulante			5.022			-

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

Descrição	Valores Correntes						Provisão de créditos de liquidação duvidosa	Total 2024
	Corrente a vencer	Corrente Vencida						
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.025	4	21	-	-	(28)	5.022	
Total	5.025	4	21	-	-	(28)	5.022	

6.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2024	2023
Saldo Inicial do exercício	-	-
Adições	(28)	-
Saldo final do exercício	(28)	-

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 18.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e possui como regime de apuração o lucro presumido, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, sendo calculados com base na alíquota de 34% (IRPJ – 25% e CSLL – 9%) sob o regime de apuração.

7.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(5.589)	(1.180)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	1.900	401
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Diferença de presunção de base do lucro presumido	(3.469)	(1.464)
Tributos sobre o lucro	(1.569)	(1.063)
Alíquota efetiva	28%	90%
Corrente	(1.569)	(1.063)

7.2. Tributos compensáveis

	2024	2023
Tributos compensáveis		
Imposto de renda – IR	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	374	5.305
Outros	-	-
Circulante	374	5.305

7.3. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações contábeis regulatórias. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.4. Tributos e encargos setoriais

	2024	2023
Outros tributos		
Impostos de renda - IR	40	328
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	125	276
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	236	4.365
Programa de integração social - PIS	25	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	117	-
Impostos e contribuições retidos na fonte	502	2.396
Outros	66	10
Outros tributos	1.111	7.375
Outros tributos a recolher		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	55	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	28	-
Outros	22	-
Encargos Setoriais	105	-
Total tributos e encargos setoriais a recolher	1.216	7.375
Circulante	1.161	7.375
Não Circulante	55	-

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A)	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo imobilizado em curso							
Transmissão	341.579	131.595	(17.818)	455.356	113.777	455.356	341.579
Terrenos	19.501	216	(17.818)	1.899	(17.602)	1.899	19.501
Edificações, obras civis e benfeitorias	28.516	45.744	-	74.260	45.744	74.260	28.516
Máquinas e equipamentos	280.161	79.891	5.902	365.954	85.793	365.954	280.161
Material Depósito	-	1.083	-	1.083	1.083	1.083	-
Outros	13.401	4.661	(5.902)	12.160	(1.241)	12.160	13.401
Administração	-	389	-	389	389	389	
Máquinas e equipamentos	-	12	-	12	12	12	
Veículos	-	377	-	377	377	377	
Subtotal	341.579	131.984	(17.818)	455.745	114.166	455.745	341.579
Total do ativo imobilizado	341.579	131.984	(17.818)	455.745	114.166	455.745	341.579

A composição do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transferências (c)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas = (A) +(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Ativo Intangível em serviço								
Administração	212		359	571	359	(106)	465	201
Softwares	212		359	571	359	(106)	465	201
Subtotal	212		359	571	359	(106)	465	201
Ativo Intangível em curso								
Transmissão	5.748	62	17.818	23.628	17.880	-	23.628	5.748
Outros	5.748	62	17.818	23.628	17.880	-	23.628	5.748
Administração	128	231	(359)	-	(128)	-	-	128

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Softwares	128	231	(359)	-	(128)	-	-	128
Subtotal	5.876	293	17.459	23.628	17.752	-	23.628	5.876
Total do ativo Intangível	6.088	293	17.818	24.199	18.111	(106)	24.093	6.077

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por atividade, o imobilizado e o intangível está constituído da seguinte forma:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024		2023	
		Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço		571	(106)	465	201
Administração					
Custo Histórico	20,00%	571	(106)	465	201
Em curso		479.373	-	479.373	347.455
Transmissão		478.984	-	478.984	347.327
Administração		389	-	389	128
Total		479.944	(106)	479.838	347.656

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	3,13%
Religadores	4,00%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do ativo imobilizado em curso do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra Própria	Outros	Total
Terrenos	-	216	-	-	216
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.448	3.296	-	-	45.744
Máquinas e equipamentos	79.903	-	-	-	79.903
Material Depósito	1.083	-	-	-	1.083
Veículos	377	-	-	-	377
Outros	-	3.256	915	-	4.661
Total	123.811	6.767	915	490	131.984

Ao final do exercício de 2023 a Companhia apresentava o montante de R\$6.757 em adiantamentos a fornecedores, que serão utilizados na construção das linhas de transmissão.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2024	2023
Materiais e serviços	1.712	62.019
Total	1.712	62.019

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

10.1. Abertura do endividamento - R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Principal		Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação/ Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
	Curto Prazo	Curto Prazo													
Financ. / Emprést.															
Moeda Nacional															
	2.458	247.940	-	250.398											
NT11_DIV_CITI_2023.10	2.458	247.940	-	250.398	Sim	31/10/2023	Subord/O uirog	PRÉ	6,88%	28/04/2026	Semestral	28/04/2025	28/04/2025	No vencimento	Bullet (final)

Financiamento obtido para a aquisição de CAPEX, com término em abril de 2025.

10.2. Abertura dos ativos financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Saldo Total
Ativos Financeiros	4.281
Caixa e Aplicações Financeiras	4.281

Para o quadro acima considera-se como ativo financeiro apenas o caixa e equivalentes de caixa.

10.3. Abertura dos instrumentos derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil - Val-r Contratado	Fair Value R\$ Mil *	Arelado às Dívidas?
TOTAL DERIVATIVOS								
NT11_SWAP_CITI_2023.10	Citibank	31/10/2023	28/04/2025	Dólar + 6,8835% a.a.	CDI + 1,25%	200.000	-	Sim
NDF	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	-	Não

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.4. Composição do endividamento e dívida líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2024	Total 2023
Dívida bruta	2.458	247.940	-	250.398	195.768
Financ. / Emprést. moeda nacional	2.485	247.940	-	250.398	195.768
Ativos Financeiros	-	(50.598)	-	(4.281)	(151.641)
Alta liquidez	-	(4.281)	-	(4.281)	(151.641)
Demais Aplicações Financeiras	-	(46.317)	-	(46.317)	-
Dívida líquida I	2.485	197.342	-	199.800	44.127
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-	7.190
(+) Dívida Líquida II	2.485	197.342	-	199.800	51.317

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.5. Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

10.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 16.7.

10.7. Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenants* da Companhia obriga a manter a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo ou igual ao limite contratual (4,0).

Abaixo segue o principal parâmetro e as medições estimadas em geral:

	Limite contratual inferior ⁽¹⁾	Medição em 31.12.2024
Consolidado Neoenergia ⁽²⁾		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,45

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas de composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas das Controladas.

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2024	2023
Provisão para processos judiciais cíveis	2.806	3.003
Provisão para obrigações ambientais (i)	30	-
	2.836	3.003
Passivo não circulante	2.836	3.003

(i) Refere-se a provisões para compensações ambientais previstas nas licenças de operação.

11.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores

Os processos judiciais cíveis provisionados estão apresentados a seguir:

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cíveis

Saldo em 31/12/2023	3.003
Baixas/reversões	(576)
Atualização	379
Saldo em 31/12/2024	2.806

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis ⁽ⁱ⁾	151	-
Processos trabalhistas ⁽ⁱⁱ⁾	136	-
Processos fiscais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3	-
	290	-

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas à indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m.
- (ii) **Processos Trabalhistas:** Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.
- (iii) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias para discutir a exigência de diferencial de alíquota do ICMS para aquisições interestaduais de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e ao uso e consumo. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	2.870	2.784
	2.870	2.784

11.2. Política contábil e julgamentos críticos**a) Política contábil**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 288.301 (R\$234.801 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$454.000 subscrito e R\$165.700 a integralizar, dividido em 454.000.001 ações ordinárias (454.000.001 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações	%	R\$
Neoenergia Transmissão	288.301	100%	288.301
Total	288.301	100%	288.301

12.2. Remuneração do acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido societário do exercício	15.224	41.223
Reserva legal	(761)	(2.061)
Lucro ajustado	14.463	39.162
Constituição de reserva especial de dividendos não distribuídos	-	(9.791)
Constituição de reserva de retenção de lucros	(14.463)	(29.371)
Lucro líquido a distribuir	-	-

12.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$1.410 (R\$749 em 2023).

12.4. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital

b) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação.

12.5. Política contábil

O capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2024	2023
Receita operacional		
Receita de transmissão – Rede Básica ^(a)	20.277	-
Deduções à receita		
PIS / COFINS	(811)	-
Encargos- Parcela "A"		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(193)	-
	19.273	-

^(a) A receita de transmissão – Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 16/2022 – Linha de Transmissão e são reconhecidos no período no qual os serviços são prestados.

14. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2024	2023
Remuneração	(127)	-
Encargos	(51)	-
Previdência privada - Corrente	(3)	-
Participação nos lucros e resultados – PLR	(8)	-
Outros benefícios - Corrente	(60)	-
Outros	(8)	-
Total	(257)	-

15. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	2.811	3.173
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	2	-
Atualização de depósitos judiciais	41	-
	2.854	3.173
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(15.328)	(2.283)
Atualização de provisões para processos judiciais	(109)	-
IOF	(2)	(1)
Outras despesas financeiras	(106)	(30)
	(15.545)	(2.314)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado- Dívida	(63.447)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado – Dívida	8.769	6.179
Perdas com instrumentos financeiros derivativos – Nota 11.3	(12.616)	(10.442)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos – Nota 11.3	58.785	2.503
Perdas com variações cambiais e monetárias	(305)	(26)
	(8.814)	(1.786)
Resultado financeiro, líquido	(21.505)	(927)

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos(i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações contábeis regulatórias são apresentados abaixo:

16.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Ativo		
Contas a receber e outros ^(a)	750	-
	750	-
Passivo		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros ^(b)	115	-
	115	-

16.2. Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Receita operacional líquida ^(a)	1.943	-
Custo dos serviços ^(b)	(1.870)	-
Despesas gerais e administrativas	-	-
Resultado financeiro, líquido	-	-
	73	-

16.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	448.524	662
a)	Neoenergia Coelba	TUST	IPCA	25 Anos	2048	98	403
b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(115)	(1.870)

16.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024			2023		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3.705	-	576	29.684	-	121.957
Contas a receber de clientes e outros	5.050	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.317	-	-	-	-
	8.755	46.317	576	29.684	-	121.957
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.712	-	-	62.019	-	-
Empréstimo e financiamentos	250.398	-	-	195.768	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	7.190	-
Outros passivos financeiros	4.168	-	-	5.924	-	-
	256.278	-	-	263.711	7.190	-

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

17.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.7 – análise de sensibilidade.

17.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	576	121.957
Instrumentos financeiros derivativos	46.317	-
	46.893	121.957
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	-	7.190
	-	7.190

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	250.398	253.187	195.768	194.323

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa,

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores de empreiteiros são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

17.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.6. Métodos e técnicas de avaliação

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

17.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*.

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, o Grupo contrata operações de swap para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes swaps, o Grupo assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor de referência	
	2024	2023		2024	2023
Ativo	US\$ 40.507	US\$ 40.507	2025	250.937	200.040
Passivo	R\$ 203.854	R\$ 204.047		(204.650)	(207.218)
Exposição líquida				46.287	(7.178)

Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Desembolso EUR	Valor de referência			Valor justo	
	2024	2023	Vencimento (Ano)	2024	2023
Termo	€ 38	€ 42	2024-2025	30	(12)
Exposição líquida				30	(12)

17.8. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

-Cenário Provável: Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

-Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro(€)	Alta do Euro Queda do Euro	6,4363	(254) 254	36 (36)	73 (73)
Exposição Líquida						

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar Queda do Dólar	6,1923	(250.398) 250.937	(254.112) 254.659	(38.117) 38.199	(76.234) 76.397
Swap Ponta Ativa em Dólar							
Exposição Líquida				539	547	82	163

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	4.280	475	(71)	(143)
Passivos financeiros							
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	12,15%	(204.650)	(28.549)	(4.282)	(8.565)

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS Accounting Standards.

Balancos patrimoniais

	Notas	Regulatório	2024 Ajustes	Societário	Regulatório	2023 Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		56.018	42.638	98.656	164.258	29.117	193.375
Caixa e equivalentes de caixa		4.281	-	4.281	151.641	-	151.641
Tributos compensáveis		374	-	374	5.305	-	5.305
Concessionárias e permissionárias		5.022	-	5.022	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		46.317	-	46.317	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	19.1	-	41.556	41.556	-	29.117	29.117
Despesas pagas antecipadamente		11	-	11	555	-	555
Adiantamento a fornecedores		2	-	2	6.757	-	6.757
Outros ativos circulantes	19.1	11	1.082	1.093	-	-	-
Ativo não circulante		482.708	63.302	546.010	350.440	43.601	394.041
Depósitos Judiciais		2.870	-	2.870	2.784	-	2.784
Concessão do serviço público (ativo-contratual)	19.1	-	542.285	542.285	-	390.927	390.927
Imobilizado	19.1	455.745	(455.356)	389	341.579	(341.579)	-
Intangível	19.1	24.093	(23.627)	466	6.077	(5.747)	330
Total do ativo		538.726	105.940	644.666	514.698	72.718	587.416
Passivo							
Passivo circulante		253.685	-	253.685	73.222	-	73.222
Fornecedores		1.712	-	1.712	62.019	-	62.019
Empréstimos e financiamentos		250.398	-	250.398	1.922	-	1.922
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	1.798	-	1.798
Obrigações sociais e trabalhistas		52	-	52	-	-	-
Tributos		1.111	-	1.111	7.375	-	7.375
Encargos setoriais		50	-	50	-	-	-
Outros passivos circulantes		362	-	362	108	-	108
Passivo não circulante		6.700	38.637	45.337	208.067	27.797	235.864
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	193.846	-	193.846
Outros tributos a recolher	19.2	-	21.311	21.311	-	15.332	15.332
Encargos setoriais		55	-	55	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	5.392	-	5.392
Provisões		2.836	-	2.836	3.003	-	3.003
Tributos sobre o lucro diferidos	19.2	-	17.326	17.326	-	12.465	12.465
Outros passivos não circulantes		3.809	-	3.809	5.826	-	5.826
Total do passivo		260.385	38.637	299.022	281.289	27.797	309.086
Patrimônio líquido							
Capital social		288.301	-	288.301	234.801	-	234.801
Outros Resultados Abrangentes		(661)	-	(661)	749	-	749
Reservas de lucros		58.004	-	58.004	42.780	-	42.780
Prejuízos Acumulados	19.3	(67.303)	67.303	-	(44.921)	44.921	-
Total do patrimônio líquido	19.4	278.341	67.303	345.644	233.409	44.921	278.330
Total do passivo e do patrimônio líquido		538.726	105.940	644.666	514.698	72.718	587.416

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do resultado

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		20.277	163.723	184.000	-	409.142	409.142
Disponibilização do sistema de transmissão	19.1	20.277	163.723	184.000	-	409.142	409.142
Tributos		(811)	(5.905)	(6.716)	-	(14.934)	(14.934)
PIS	19.2	(144)	(1.052)	(1.196)	-	(2.658)	(2.658)
Cofins	19.2	(667)	(4.853)	(5.520)	-	(12.276)	(12.276)
Encargos – Parcela "A"		(193)	-	(193)			
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(193)	-	(193)			
Receita líquida		19.273	157.818	177.091	-	394.208	394.208
Resultado antes dos custos gerenciáveis		19.273	157.818	177.091	-	394.208	394.208
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(3.357)	(130.574)	(133.931)	(253)	(338.601)	(338.854)
Pessoal e administradores	19.1	(257)	(915)	(1.172)	-	(128)	(128)
Material	19.1	(68)	(70.377)	(70.445)	-	(213.212)	(213.212)
Serviços de terceiros	19.1	(2.485)	(59.043)	(61.528)	(239)	(102.072)	(102.311)
Tributo		(28)	-	(28)	(3)	-	(3)
Provisões liquidas contingências	19.1	9	20	29			
Provisões liquidas - PCLD		(28)	-	(28)			
Depreciação e amortização		(95)	-	(95)	(11)	-	(11)
Outros gastos operacionais	19.1	(405)	(259)	(664)	-	(23.189)	(23.189)
Resultado da Atividade		15.916	27.244	43.160	(253)	55.607	55.354
Resultado Financeiro		(21.505)	-	(21.505)	(927)	-	(927)
Receitas financeiras		2.854	-	2.854	3.173	-	3.173
Despesas financeiras		(15.545)	-	(15.545)	(2.314)	-	(2.314)
Outros resultados financeiros, líquidos		(8.814)	-	(8.814)	(1.786)	-	(1.786)
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro		(5.589)	27.244	21.655	(1.180)	55.607	54.427
Despesa com impostos sobre os lucros	19.5	(1.569)	(4.862)	(6.431)	(1.063)	(12.141)	(13.204)
Lucro líquido do exercício	19.5	(7.158)	22.382	15.224	(2.243)	43.466	41.223

18.1. Concessão do serviço público (ativo contratual)

Os ajustes das diferenças entre contabilidade societária e regulatória são decorrentes da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 / IFRS 15 que estabelece um modelo para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

Pelos novos requerimentos deste pronunciamento, a Companhia reconhece a receita somente quando uma obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

CNPJ 36.257.187/0001-50

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica "Remuneração do ativo contratual", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

As contraprestações são classificadas como um "Ativo de Contrato".

18.2. Tributos diferidos

O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Além do imposto de renda e contribuição social diferidos, contempla também PIS e COFINS diferidos. Os tributos diferidos referem-se aos efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos entre a contabilidade regulatória e societária, principalmente pela eliminação na contabilidade regulatória do pronunciamento técnico CPC47/IFRS 15 (vide nota 14.1), ou seja, referem-se aos tributos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

18.3. Prejuízos acumulados

Efeito das diferenças acumuladas entre os resultados societários e regulatórios e as destinações de lucro na contabilidade societária para constituição de reservas, aumento de capital, distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

18.4. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2024	2023
Saldos PL conforme contabilidade societária	345.644	278.330
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(67.303)	(44.921)
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(84.629)	(57.386)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	17.326	12.465
Saldos PL conforme contabilidade regulatória	278.341	233.409

18.5. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2024	2023
Lucro líquido societário do exercício	15.224	41.223
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(22.382)	(43.466)
Efeitos aplicação CPC 47 (IFRS 15)	(27.244)	(55.607)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	4.862	12.141
(Prejuízo) lucro líquido do exercício regulatório	(7.158)	(2.243)

19. EVENTO SUBSEQUENTE

Em março de 2025 a Companhia captou R\$50 milhões com a Crédit Agricole.

Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL REGULATÓRIA – DCR 2024

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Companhia às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 02 de abril de 2025.

Neoenergia Transmissoras 11 SPE S.A.

Fabiano Uchoas Ribeiro

Diretor-Presidente
CPF: 000.322.156-30

Luciana Maximino Maia

Diretora
CPF: 144.021.098-50

Rachel Alves Pascale

Contadora
CPF: 124.289.117-08
CRC RJ-115915/O-3

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

(....)

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas NEOENERGIA. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/68FF-423F-A6D0-AD1E> ou vá até o site <https://neoenergia.portaldeassinaturas.com.br/verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 68FF-423F-A6D0-AD1E



Hash do Documento

5A62E178FBBB814974F00242B97677FA440D347EA228546D10D545C1D16C8897

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2025 é(são) :

- Fabiano Uchoas Ribeiro (Signatário) - 000.322.156-30 em
02/04/2025 19:27 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Luciana Maximino Maia (Signatário) - 144.021.098-50 em
02/04/2025 18:11 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Rachel Alves Pascale (Signatário) - 124.289.117-08 em
02/04/2025 15:46 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

